



**Ministério da Educação, Cultura,
Ciência e Comunicação de São Tomé
e Príncipe**

**Manual para a Auto-avaliação das Escolas
em São Tomé e Príncipe
— Dimensões e Indicadores de Qualidade da Educação
Pré-Escolar e Escolar**

Autores

António Neto-Mendes

Carlota Fernandes Tomaz

Gabriela Portugal

Andreia Gouveia

Janeiro de 2018



Índice

Siglas | 3

Introdução | 4

1. Qualidade em educação | 5

2. Princípios gerais na organização da avaliação nas escolas | 6

3. Dimensões e indicadores de qualidade na educação | 7

4. Auto-Avaliação das escolas | 10

4.1 Definição e objectivos | 10

4.2 Procedimentos | 11

5. Instrumento de apoio à Auto-Avaliação das escolas | 20

5.1 Auto-Avaliação nos Jardins-de-Infância | 23

5.2 Auto-Avaliação nas Escolas do Ensino Básico e Secundário | 40

6. Bibliografia consultada | 60

Siglas

AAE – Auto-Avaliação de Escola(s)

AEE – Avaliação Externa de Escola(s)

CAA – Comissão de Auto-Avaliação

EAE – Equipa de Avaliação Externa

EB – Ensino Básico

EE – Encarregados de Educação

ES – Ensino Secundário

LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo

MECCC – Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Comunicação

NEE – Necessidades Educativas Especiais

RAP – Região Autónoma do Príncipe

STP – São Tomé e Príncipe

UA – Universidade de Aveiro

UNICEF – United Nations Children's Fund / Fundo das Nações Unidas para a Infância

Introdução

O acompanhamento e a avaliação das escolas constituem-se como uma estratégia fundamental para garantir a qualidade do serviço educativo prestado pelas mesmas. Neste quadro, torna-se pertinente o desenvolvimento de referenciais e de instrumentos de apoio ao processo de avaliação que possibilitem atender às especificidades observadas nos diferentes contextos educativos, respeitando os consensos existentes sobre qualidade em educação.

É neste quadro que surge o presente documento. Este procura ir ao encontro das necessidades dos diferentes intervenientes no processo de criação de uma melhor escola para todas as crianças e jovens, servindo de suporte à implementação de processos de avaliação a realizar nos jardins-de-infância e escolas de São Tomé e Príncipe.

O documento inicia-se com uma reflexão breve sobre o conceito de qualidade em educação, seguindo-se a explicitação de alguns princípios gerais a considerar na organização da avaliação nas escolas.

No sentido de melhor concretizar o processo de avaliação, torna-se crucial a identificação de dimensões e indicadores de qualidade na educação, o que é feito na terceira parte do texto.

Na continuidade, surge um capítulo dedicado ao processo de auto-avaliação das escolas (avaliação interna) e, finalmente, apresenta-se um instrumento de apoio a essa avaliação.

1. Qualidade em Educação

A avaliação da qualidade é um dos temas mais mobilizadores das políticas públicas para a educação na actualidade. Esta circunstância, que pode ser interpretada erradamente como sinal de um grande consenso, deve, todavia, ser observada com as cautelas de quem tem perfeita consciência dos riscos que a improvisação das políticas educativas pode trazer para uma sociedade que olha para a escola com grandes expectativas. A “qualidade” é um conceito que precisa de ser explicado, contextualizado: a “qualidade” da educação de STP deve orientar-se por que princípios e valores? Numa sociedade emergente como é a Santomense, onde o sistema educativo enfrenta enormes desafios como é o do crescimento da rede para dar resposta à pressão da procura, devem estar sempre presentes preocupações como as enunciadas na Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 2/2003, Art. 7º): a educação visa “a formação de cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida comunitária”, apostada no reforço do “espírito crítico” num ambiente de desenvolvimento global do indivíduo, em busca da “realização individual em harmonia com os valores da solidariedade social”.

A subjectividade que rodeia o conceito de “qualidade” é, assim, clarificada com recurso às grandes orientações educacionais, políticas e filosóficas presentes nos documentos estruturantes como é a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE). De uma certa forma, necessitamos de qualificar a “qualidade” para podermos defini-la. Neste sentido, advoga-se neste documento uma “qualidade” que garanta a igualdade de tratamento no acesso aos direitos individuais, como é o “direito à educação” (Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Art. 55º, 1), independentemente das diferenças, radiquem estas nas especificidades do território nacional, nas necessidades educativas de cada um, nos traços culturais, religiosos, étnicos ou quaisquer outros da população Santomense. Princípios como a igualdade de oportunidades, equidade e inclusão devem organizar as políticas públicas, nomeadamente aquelas que visam o sistema educativo Santomense (in *Relatório Preliminar*).

2. Princípios gerais na organização da avaliação das escolas

- A Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe atribui ao Estado responsabilidades específicas, como a promoção da “eliminação do analfabetismo e a educação permanente, de acordo com o Sistema Nacional de Ensino” (Art. 55º, 2), assegurar “o ensino básico obrigatório e gratuito” (Art. 55º, 3), bem como a promoção gradual da “igual possibilidade de acesso aos demais graus de ensino” (Art. 55º, 4).
- Afirma-se a importância da escola como contexto por excelência para a socialização e aprendizagens das crianças e jovens, devendo aquela ser dotada de adequados níveis de autonomia.
- A avaliação das escolas, seja interna ou externa, privilegia o aprofundamento do conhecimento por parte dos membros da comunidade educativa (alunos, professores, pessoal não docente e pais e encarregados de educação) e da sociedade em geral (nomeadamente os decisores políticos) do funcionamento das escolas e do sistema com vista à adopção de acções de melhoria.
- A avaliação e o desenvolvimento da qualidade são considerados indissociáveis.
- A avaliação das escolas é um processo partilhado, democrático e colaborativo.
- O processo de avaliação das escolas destina-se a apoiar o desenvolvimento e a tomada de decisões com vista à melhoria da qualidade das escolas, sendo, por isso, um processo permanente de aprimoramento e de capacitação dos agentes educacionais
- A informação recolhida através dos processos de avaliação não se destina a estabelecer qualquer tipo de ranking que conduza à hierarquização das escolas.

3. Dimensões e indicadores de qualidade na Educação

A identificação de dimensões e indicadores de qualidade visa constituir-se como um referencial para a avaliação interna (auto-avaliação) das escolas. Integra um conjunto de quatro dimensões relacionadas com as condições a serem verificadas nos jardins-de-infância e nas escolas do ensino básico e secundário para que as mesmas consigam atingir os padrões de qualidade desejados. Trata-se de dimensões em torno das quais existe um consenso alargado sobre a sua importância para uma oferta educativa de qualidade. Estas dimensões estão identificadas no quadro 1.

| Dimensões de qualidade de Educação | |
|---|--|
| 1. Objectivos, Currículo e Práticas Educativas | <i>Os objectivos da educação de infância/ensino básico/ensino secundário são conhecidos? Que práticas de desenvolvimento curricular têm lugar no jardim-de-infância/escolas?</i> |
| 2. Docentes | <i>Quem são os educadores/professores colocados na escola? Que formação e que acompanhamento lhes é proporcionado?</i> |
| 3. Organização e Gestão dos Estabelecimentos de Ensino | <i>Como se organiza e é gerida a escola para prestar o serviço educativo? Como conhece a escola os seus resultados, quais são e o que faz para os garantir? Para obter esses resultados, que serviço educativo presta a escola e como o presta? Como participam família e comunidade na vida da escola, que incentivos recebem das lideranças escolares e dos professores nesse sentido? Como garante a escola a sua auto-regulação e a melhoria dos seus processos?</i> |
| 4. Instalações Escolares | <i>Que iniciativas são realizadas na escola ao nível da gestão dos espaços e da melhoria das instalações escolares?</i> |

Quadro 1: Dimensões de Qualidade da Educação

Cada uma destas dimensões é operacionalizada através de um conjunto de **indicadores qualitativos** (Ver ponto 5. *Instrumento de apoio à Auto-Avaliação das Escolas*) que possibilitam à comunidade escolar e ao MECCC aumentar o conhecimento sobre a realidade de cada escola, identificar forças e fraquezas em cada uma delas, desenvolver planos de melhoria em função das prioridades definidas e monitorizar a acção da própria escola, reforçando o sentido da avaliação de Jardins de Infância e de Escolas.

Os indicadores de qualidade podem ser explorados em entrevistas ou em reuniões junto de diferentes interlocutores, através de um conjunto de perguntas que visam compreender de que forma estes estão presentes, ou não, no contexto educativo em análise. A resposta a essas perguntas permitirá à comunidade escolar, de forma colaborativa, avaliar global e qualitativamente cada uma das dimensões, com base nas informações recolhidas. Além disso, haverá situações em que as respostas ao que se pretende conhecer e compreender poderão ser obtidas através de outros meios (ex. questionário, observação directa, análise documental – ver ponto 4 *Auto-Avaliação das escolas*, etapa 2 *Elaboração do plano de avaliação* e etapa 3 *Recolha, tratamento e análise da informação*).

A proposta integra ainda uma lista de **indicadores mínimos de qualidade** que visam definir o limite abaixo do qual se encontra o patamar de qualidade inaceitável.

Significa que, se se verificar que em determinada escola ou jardim-de-infância os indicadores mínimos de qualidade não são atingidos, essa escola/JI não reúne condições para poder funcionar, necessitando de uma intervenção urgente e prioritária que assegure a concretização dos indicadores mínimos de qualidade.

Acima dos indicadores mínimos de qualidade cada escola pode fixar, no Plano de Melhoria, as suas próprias metas, tendo como referência os indicadores de qualidade e as condições e características sociais e culturais do contexto em que se insere e do distrito/região a que pertence. Salienta-se que a concretização dos indicadores a serem observados nas escolas não é única e exclusivamente da responsabilidade das mesmas, dependendo, também, de um complexo enquadramento multisectorial que envolve, por exemplo, as políticas públicas dos vários órgãos de poder. Torna-se, assim, importante que no processo de avaliação se procure identificar que problemas e que propostas de solução são da responsabilidade da própria escola e quais são da responsabilidade do Estado. Este processo de avaliação, que visa a melhoria da qualidade do serviço educativo prestado pela escola, deve, assim, resultar de um diálogo aberto e colaborativo entre todos os participantes no processo.

O *Instrumento de apoio à Auto-Avaliação das Escolas*, apresentado no ponto 5, visa, assim:

- Facilitar o processo de avaliação interna (auto-avaliação) das escolas através de um referencial comum e em torno do qual há um consenso alargado;
- Consciencializar a comunidade educativa para a necessidade de se promoverem práticas de qualidade e de se desenvolverem processos de melhoria dentro da escola de forma contínua;
- Constituir-se como um meio para envolver a comunidade educativa nos processos de avaliação e de melhoria da escola;
- Promover a reflexão sobre as práticas dentro da própria escola visando a elaboração de planos de melhoria.

4. Auto-Avaliação das escolas¹

4.1 Definição e objectivos

A auto-avaliação das escolas constitui-se como um processo que envolve uma recolha sistemática de informação, levada a cabo pela própria escola, e que procura avaliar o desempenho e o estado global da escola, tendo por base o instrumento de apoio à Auto-avaliação das escolas (Ver ponto 5 deste documento). A auto-avaliação é um mecanismo que ajuda a escola a olhar para dentro de si através de um olhar mais atento, permitindo-lhe identificar os seus pontos fortes e as suas áreas-problema. Tem, ainda, como propósito apoiar os processos de decisão sobre o que a escola precisa de melhorar e sobre o que tem de ser feito para alcançar a melhoria desejada, conduzindo ao desenvolvimento da escola como um todo e aumentando o nível de qualidade do serviço educativo prestado e a satisfação da comunidade educativa. A escola deve, por isso, envolver todos os membros da comunidade, abrindo-se à sociedade.

O processo de auto-avaliação da escola tem, assim, como principais objectivos:

- Desenvolver uma cultura de avaliação ao nível das escolas, envolvendo toda a comunidade educativa;
- Aprofundar o conhecimento das condições de funcionamento da escola e das respectivas dinâmicas socioeducativas;
- Valorizar a tomada de decisão ao nível local com a elaboração e implementação do plano de melhoria decorrente do processo de auto-avaliação.
- Promover a autonomia da escola, reforçando a participação dos vários agentes escolares (docentes, alunos, pessoal não docente, pais e encarregados de educação, autarcas, entre outros).

¹ Para a elaboração do “Manual para a Auto-avaliação das Escolas em São Tomé e Príncipe: Dimensões e Indicadores de Qualidade da Educação Pré-Escolar e Escolar” foram consultados vários documentos cujas referências se encontram no ponto 6. Bibliografia consultada.

4.2 Procedimentos

Cada ciclo de Avaliação Interna / Auto-Avaliação da Escola pode ter uma duração aproximada de 12 a 24 meses, dependendo da escala do estabelecimento em causa (tamanho do edifício, número de crianças/alunos, número de professores ...). Cabe à escola, através de reflexão realizada nos órgãos de governo próprios, decidir qual(ais) a(s) dimensão(ões) de qualidade privilegiar na Auto-Avaliação. Este exercício compreende várias etapas:

- Etapa 1: Constituição da Comissão de Auto-Avaliação
- Etapa 2: Elaboração do plano de avaliação
- Etapa 3: Recolha, tratamento e análise da informação
- Etapa 4: Apresentação dos resultados
- Etapa 5: Elaboração do Relatório de Auto-Avaliação

Etapa 1: Constituição da Comissão de Auto-Avaliação

A primeira etapa do processo de auto-avaliação da escola consiste na designação de uma Comissão de Auto-Avaliação (CAA), que tem por missão orientar e coordenar o processo de auto-avaliação. A Direcção da escola é a responsável pela escolha dos elementos que irão integrar esta Comissão, depois de ouvidos os órgãos de governo da escola, tendo em consideração que é imprescindível que a mesma seja composta por elementos diversificados e representativos da comunidade educativa, nomeadamente, o director do estabelecimento ou o seu representante, professores dos vários anos de escolaridade, pessoal não docente, pais e encarregados de educação, alunos (no caso do Ensino Secundário), entre outros. A CAA é constituída por um número variável de elementos (entre três a sete, aproximadamente), dependendo das dimensões do estabelecimento. É importante que os elementos que integram esta Comissão tenham uma visão clara do modo de funcionamento da escola e do seu desempenho. Esta Comissão irá acompanhar todas as etapas do processo de auto-avaliação.

A Comissão de Auto-Avaliação terá a seu cargo um conjunto de tarefas a desenvolver, nomeadamente:

- Analisar e aprofundar o conhecimento sobre o instrumento de apoio à Auto-avaliação das escolas (ver ponto 5 deste documento) enquanto referencial orientador do processo de auto-avaliação das escolas;
- Elaborar o plano de avaliação, a apreciar nos órgãos de governo da escola;
- Coordenar o processo de recolha, tratamento e análise da informação;
- Organizar e apresentar os resultados decorrentes do processo de auto-avaliação à comunidade educativa no seio dos órgãos de governo da escola;
- Elaborar o Relatório de Auto-Avaliação (a apreciar nos órgãos de governo da escola, com envio posterior para o MECCC).

Uma acção de extrema importância nesta etapa é a designação de um Coordenador da CAA, cujas tarefas, para além das já referidas anteriormente, incluem também as seguintes:

- Distribuir as tarefas pelos elementos da CAA;
- Coordenar as tarefas da CAA;
- Acompanhar o desenvolvimento do processo;
- Propor estratégias para a resolução de conflitos que possam surgir durante o processo e para se encontrarem consensos entre participantes;
- Fazer a ligação entre a Comissão de Auto-Avaliação e os órgãos de governo da escola.

É, ainda, crucial que a Comissão de Auto-Avaliação crie um clima de confiança entre os participantes no processo de auto-avaliação e promova o desenvolvimento de relações de trabalho colaborativas e abertas, encorajando e apoiando a participação de toda a comunidade educativa nesse mesmo processo (não só os que trabalham no estabelecimento, mas também os pais e encarregados de educação, representantes da respectiva Câmara Distrital / Governo Regional e de outras instituições, associações e serviços da comunidade).

O processo de auto-avaliação da escola possibilita a toda a comunidade educativa consciencializar-se da necessidade de se promoverem práticas de qualidade e de se desenvolverem processos de melhoria dentro da escola de forma contínua. Por isso é

importante pensar-se em estratégias de divulgação, de sensibilização e de envolvimento de toda a comunidade educativa neste processo.

A divulgação pode ser feita, para além da sua apreciação nos órgãos próprios da escola, por exemplo, através da apresentação do plano de avaliação numa reunião geral da escola onde se esclarece a comunidade educativa acerca dos objectivos do processo de auto-avaliação, os benefícios que este mesmo processo trará para a própria escola e para a comunidade educativa e quais as expectativas relativas à participação de cada um neste processo. Assim, todos os membros da comunidade educativa ficarão a saber o que lhes poderá ser pedido e, no caso de alguns serem contactados e outros não, que isso se deve ao facto de ter sido seleccionada uma amostra, devidamente justificada, e não a qualquer preferência subjectiva pelos membros em causa. Esta divulgação do processo permite aumentar a compreensão de todos sobre os imperativos da auto-avaliação, minimizando eventuais resistências.

Etapa 2: Elaboração do plano de avaliação

É à Comissão de Auto-Avaliação que compete traçar o plano de avaliação da escola, embora o documento deva ser apreciado pelo conselho pedagógico. Ainda que todas as escolas tenham aspectos comuns, as dinâmicas e a diversidade de condições e de características sociais e culturais do contexto em que se insere cada escola tornam cada uma única. Como tal, o processo de auto-avaliação da escola tem de ser contextualizado, não sendo possível desenvolver um processo de auto-avaliação consistente ignorando a sua história e as suas circunstâncias específicas. Assim, o instrumento de apoio à Auto-avaliação das escolas foi pensado para ser contextualizado às especificidades de cada escola/distrito/região, podendo ser utilizado de forma flexível. Para tal, é necessário que a CAA analise em profundidade o instrumento e, com base no conhecimento que tem da escola (ao nível das suas condições, dinâmicas, funcionamento e desempenho) e na sua capacidade de auto-organização, seleccione a(s) dimensão(ões) e os respectivos indicadores que irão ser alvo de avaliação no ciclo de auto-avaliação em causa, a duração do processo e a metodologia de recolha e de tratamento da informação. Poderá seleccionar também

algumas das perguntas que visam compreender de que forma os indicadores estão presentes, ou não, no contexto educativo, ou acrescentar outras alternativas que entenda serem adequadas, as quais irão orientar o processo de recolha de informação.

Após esta selecção, recordamos a necessidade de identificar para cada indicador e respectiva(s) pergunta(s):

- (i) As **fontes de informação** (por exemplo, a informação vai ser recolhida junto dos professores? Dos alunos? Dos pais e Encarregados de Educação? Da Comissão de Pais? De representantes da respectiva Câmara Distrital / Governo Regional? De representantes de outras instituições, associações e serviços da comunidade? No contexto das aulas de uma disciplina? A partir das actas do Conselho Pedagógico? Das pautas? De dados estatísticos da escola/do MECCC?...);
- (ii) As **técnicas e os instrumentos** de recolha de dados (por exemplo, a informação será recolhida através de um questionário? De uma entrevista? Da observação? Da análise documental? Numa reunião alargada/restrita? De grupos de discussão? ...);
- (iii) E estabelecer a **calendarização** para a recolha da informação / realização da(s) tarefa(s).

Etapa 3: Recolha, tratamento e análise da informação

Até ao momento houve uma preocupação em criar um ambiente propício ao desenvolvimento do processo de Auto-Avaliação. Agora, nesta etapa, é necessário implementar o Plano de Avaliação. Como tal, após a identificação da(s) dimensão(ões) e dos respectivos indicadores que irão ser alvo de avaliação, é necessário proceder à recolha da informação, isto é, das evidências / informações relativas aos pontos fortes e fracos de cada dimensão, recorrendo a diversas fontes, técnicas e instrumentos de recolha de dados (ver figura 1).



Figura 1: Recolha de informação

O processo de recolha de informação assenta fundamentalmente em:

- **Informação quantitativa:** pode incluir a recolha de informação estatística relativamente aos alunos, aos professores, ao pessoal não docente, à situação da escola em relação às outras escolas do distrito e do país, entre outras informações quantitativas consideradas relevantes para o processo de auto-avaliação em cada escola;
- **Análise documental:** por exemplo, do Projecto Educativo da Escola, do Regulamento Interno da Escola, das actas das reuniões do Conselho Pedagógico e de outro tipo de reuniões, das planificações dos professores, dos instrumentos de avaliação de aprendizagem, entre muitos outros documentos. A selecção dos documentos a analisar depende da pertinência dos mesmos para a(s) dimensão(ões) a avaliar;
- **Perspectivas dos participantes no processo de auto-avaliação:** em particular dos professores, dos pais e encarregados de educação, do pessoal não docente, das crianças-alunos, dos representantes da Câmara Distrital/Governo Regional e de outras instituições, associações e serviços da comunidade. Dependendo

das dimensões do estabelecimento, poderá ser necessário seleccionar uma amostra representativa dos diferentes participantes junto dos quais será recolhida a informação;

- **Observação directa:** nomeadamente das instalações e equipamentos, dos espaços ao ar livre, de aulas ou de reuniões.

À medida que as informações vão sendo recolhidas, é necessário que a Comissão de Auto-Avaliação vá tratando/organizando e analisando as informações que vai recolhendo, resumindo as mesmas. Este resumo permite sistematizar os resultados e construir uma ideia global da avaliação da qualidade do serviço educativo prestado pela escola. Chegou, assim, o momento de analisar e interpretar os resultados tendo como referência a realidade da escola e os objectivos que se pretendem alcançar.

Etapas 4: Apresentação dos resultados

Através do processo de auto-avaliação a CAA recolhe um conjunto de informações que, após tratamento e análise, permitem chegar-se a uma síntese de resultados sobre a qualidade da oferta educativa proporcionada pela escola às crianças-alunos. Os resultados do processo de auto-avaliação devem ser apresentados à comunidade educativa e debatidos de forma alargada nos órgãos de governo da escola. É importante que todos os seus membros possam manifestar os seus pontos de vista, podendo este debate resultar numa revisão das conclusões a integrar no Relatório de Auto-Avaliação.

A apresentação e divulgação dos resultados podem ser feitas a partir de múltiplas estratégias, como por exemplo, através da realização de reuniões (reunião geral realizada na escola, reunião realizada na Delegação Distrital ...), entre outras.

Etapa 5: Elaboração do Relatório de Auto-Avaliação.

O processo de avaliação interna culmina com a realização do Relatório de Auto-Avaliação da escola que deverá ser elaborado pela CAA e enviado ao MECCC após apreciação interna pelos órgãos de governo da escola. Visa a prestação de contas para com a comunidade educativa e deve anteceder o processo de avaliação externa.

O Relatório de Auto-Avaliação não obedece a uma estrutura rígida. Todavia, apresenta-se, de seguida, algumas orientações mínimas para a sua realização:

- **Introdução:** por exemplo, poderá ser indicado os objectivos que orientaram o processo de auto-avaliação da escola, quando se iniciou e terminou o processo, que dimensões e indicadores de qualidade foram alvo de avaliação, como se encontra organizado o relatório ...;
- **Metodologia:** é importante que esteja claro no relatório quais foram os procedimentos seguidos internamente (por exemplo, como foi constituída a Comissão de Auto-Avaliação? Como foi envolvida a comunidade educativa? Quais foram as etapas seguidas? Quais foram as fontes de informação? Que técnicas e instrumentos de recolha de informação foram utilizados? Quem foram os participantes no processo de auto-avaliação? Como foram seleccionados? ...);
- **Caracterização da escola:** visa uma caracterização sucinta do estabelecimento de ensino, podendo incluir, a título de exemplo, os seguintes dados, entre outros:
 - Dados do contexto: contexto urbano/rural/piscatório, social, cultural e económico em que a escola está inserida;
 - Dados dos alunos: pode incluir informação estatística relevante sobre o número de crianças-alunos por ano de escolaridade, o número de crianças-alunos inscritos, taxas de sucesso, de reprovação, de repetência, de abandono escolar, ...;
 - Dados dos Professores: pode incluir informação estatística relevante sobre o número de professores, quantos são efectivos e quantos são extraordinários, a formação académica dos mesmos, distribuição por ano de

escolaridade/por disciplina, número de crianças-alunos por professor/turma, ...;

- Dados do Pessoal Não Docente: pode incluir informação estatística relevante sobre o total de funcionários não docentes, suas funções, formação académica, ...;
- Instalações Escolares: caracterização sucinta sobre o estado do edifício do estabelecimento escolar e sobre as condições de segurança, higiene, água e saneamento, electricidade e acesso à internet, a existência ou não de instalações de apoio à prática lectiva, nomeadamente balneários, biblioteca e laboratórios, ... ;
- ...

- **Identificação da(s) dimensão(ões) e indicadores em análise no processo de Auto-Avaliação**: é importante que neste ponto sejam identificadas as dimensões e os indicadores que serão analisados no processo de auto-avaliação de forma justificada e se apresente uma síntese dos resultados obtidos.
- **Apresentação dos pontos fortes e fracos e avaliação global da escola**: neste ponto é importante realizar uma síntese dos pontos fortes e fracos (áreas-problema) da escola, procurando-se identificar que problemas são passíveis de serem resolvidos pela própria escola e quais são da responsabilidade da Administração Central (Estado);
- **Considerações finais**: este ponto pode incluir a síntese da avaliação global da escola, a identificação das dificuldades identificadas no desenvolvimento do processo de auto-avaliação e sugestões para a fase seguinte, entre outros aspectos considerados pertinentes pela CAA.

Depois de elaborado o relatório, o Director do estabelecimento levará o documento à apreciação do Conselho Pedagógico e só depois de aprovado é que este enviará o relatório às estruturas competentes do MECCC. Decorrente deste processo de auto-avaliação deverá ser nomeada pelo Conselho Pedagógico uma Comissão que se responsabilizará pela concepção, implementação e monitorização do Plano de Melhoria com vista à melhoria da qualidade e do desempenho da escola. Portanto, a partir das fragilidades identificadas na auto-avaliação será possível conceber

prioridades, reconhecer a necessidade de se introduzirem mudanças na escola, gerir essas mudanças ao longo do tempo e avaliar o efeito das acções e decisões tomadas.

5. Instrumento de apoio à Auto-Avaliação das Escolas

As dimensões e os indicadores de qualidade que integram este instrumento são adequados a todos os níveis de ensino, desde a Educação Pré-Escolar ao Ensino Secundário. Todavia, e tendo por base algumas das especificidades da Educação Pré-Escolar, considerou-se necessário realizar alguns ajustes no referido instrumento em função do nível de ensino a que se destina. Assim, a formulação dos indicadores que operacionalizam cada uma das dimensões e das perguntas ilustrativas do entendimento que se tem de cada um dos indicadores foi adequada ao nível de ensino, pelo que se optou por se subdividir o instrumento, apresentando-se de forma separada as dimensões e indicadores de qualidade da educação relativas aos **Jardins-de-Infância (5.1.)** e as relativas às **Escolas dos Ensinos Básico e Secundário (5.2.)**

Como referido anteriormente (ponto 3.), cada dimensão é operacionalizada através de um conjunto de indicadores de qualidade que possibilitam à comunidade escolar e ao MECCC aumentar o conhecimento sobre a realidade de cada escola, identificar forças e fraquezas em cada uma delas, desenvolver planos de melhoria em função das prioridades definidas e monitorizar a acção da própria escola, reforçando o sentido da avaliação de Jardins de Infância e de Escolas.

Nesse sentido, os indicadores de qualidade assumem-se como referências a considerar num processo de melhoria do funcionamento das escolas. Devem ser vistos como pontos ou aspectos a trabalhar ou a procurar desenvolver num futuro mais ou menos próximo, dependendo da situação base identificada em cada escola/JI.

Os indicadores de qualidade podem ser explorados através de um conjunto de perguntas que visam compreender de que forma estes estão presentes, ou não, no contexto educativo em análise. A resposta a essas perguntas permitirá à comunidade escolar, de forma colaborativa, avaliar global e qualitativamente cada uma das dimensões, com base nas informações recolhidas.

A proposta integra ainda uma lista de indicadores mínimos de qualidade que visam definir, em cada dimensão, o limite abaixo do qual se encontra o patamar de qualidade inaceitável.

Significa que, se se verificar que em determinada escola ou jardim-de-infância os indicadores mínimos de qualidade não são atingidos, essa escola/JI não reúne condições para poder funcionar, necessitando de uma intervenção urgente e prioritária que assegure a concretização dos indicadores mínimos de qualidade.

Se os indicadores mínimos de qualidade de uma escola/JI estiverem concretizados, significa que reúne condições para prosseguir a sua missão educativa, devendo adoptar os indicadores de qualidade como referência no processo de melhoria do seu desempenho.

Assim, acima dos indicadores mínimos de qualidade cada escola pode fixar, no Plano de Melhoria, atendendo aos indicadores de qualidade, as suas próprias metas, em função das condições e características sociais e culturais do contexto em que se insere e do distrito/região a que pertence. Salienta-se que a concretização dos indicadores a serem observados nas escolas não é única e exclusivamente da responsabilidade das mesmas, dependendo, também, de um complexo enquadramento multisectorial que envolve, por exemplo, as políticas públicas dos vários órgãos de poder. Torna-se, assim, importante que no processo de avaliação se procure identificar que problemas e que propostas de solução são da responsabilidade da própria escola e quais são da responsabilidade do Estado. Este processo de avaliação, que visa a melhoria da qualidade do serviço educativo prestado pela escola, deve, assim, resultar de um diálogo aberto e colaborativo entre todos os participantes no processo.

No descritivo que se segue (auto-avaliação nos jardins de infância e escolas básicas e secundárias), para cada **dimensão** é possível encontrar o seu descritor e os **indicadores de qualidade** que a operacionalizam, assim como **indicadores mínimos de qualidade**. Segue-se um conjunto de perguntas exploratórias que visam obter informação e compreender a forma como os indicadores de qualidade se concretizam no contexto em análise (se acima, se abaixo dos indicadores mínimos de qualidade). A dimensão exploratória e aberta das perguntas significa que através de uma única questão se pode obter informação que poderá esclarecer diversos indicadores em análise. As perguntas que se propõem não são exaustivas. São meros exemplos e,

como tal, muito provavelmente nem sempre fará sentido colocar todas as questões. Outras questões que se considerem pertinentes poderão ser colocadas pelos intervenientes no processo de avaliação. Além disso, haverá situações em que as respostas ao que se pretende conhecer e compreender poderão ser obtidas através de outros meios (ex. questionário, observação directa, análise documental).

Para cada dimensão existe um espaço no qual é possível inserir comentários/observações que se constituem como informação recolhida pela Comissão de Auto-Avaliação relativa aos pontos fortes e fracos de cada dimensão. A partir das fragilidades identificadas na auto-avaliação será possível conceber prioridades, reconhecer a necessidade de se introduzirem mudanças na escola, gerir essas mudanças ao longo do tempo e avaliar o efeito das acções e decisões tomadas.

5.1 Auto-Avaliação nos Jardins-de-Infância

Dimensão 1: Objectivos, Currículo e Práticas Educativas

Esta dimensão contempla as orientações gerais e específicas que organizam a acção educativa. Privilegia-se as orientações prescritas nos documentos estruturantes do Estado (Constituição da República de STP, LBSE, programas curriculares). Assim, esta dimensão remete para a explicitação das finalidades e objectivos educativos que devem nortear e fundamentar a acção educativa nos contextos pré-escolares. Contempla, ainda as práticas de desenvolvimento curricular que visam a contextualização do currículo, adaptando-o à região, à população escolar de cada grupo/turma/indivíduo. Enquadra-se aqui o conhecimento do currículo prescrito, a actividade de planificação, incluindo a selecção de conteúdos, estratégias, actividades e recursos, valorizando-se a diversificação do currículo e a inclusão de todas as crianças que, por definição, constituem um grupo heterogéneo. Ainda, são consideradas as práticas de monitorização ou acompanhamento do desenvolvimento e aprendizagens das crianças.

| Indicadores de qualidade | Indicadores mínimos de qualidade |
|---|--|
| <p>1.1 Conhecimento dos objectivos da Educação Pré-Escolar e currículo/programa para Educação Pré-escolar.</p> <p>1.2 Planificação das intervenções pedagógicas de acordo com os objectivos e currículo/programa para a Educação Pré-escolar.</p> <p>1.3 Adequação das actividades educativas às capacidades e aos ritmos de aprendizagem das crianças, incluindo aquelas que apresentam necessidades educativas especiais.</p> <p>1.4 Valorização de todas as áreas curriculares.</p> <p>1.5 Pedagogias activas, participativas e integradas.</p> <p>1.6 Acesso e construção de materiais pedagógicos diversificados e adequados à realidade de STP.</p> <p>1.7 Práticas de monitorização do desenvolvimento e aprendizagem das crianças.</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento do currículo / programa da Educação Pré-Escolar por parte dos educadores de Infância e / ou responsáveis pelo grupo de crianças • Verificação de experiências educativas que cobrem todas as áreas curriculares (expressões, linguagem, matemática e meio físico e social) • Existência de alguns materiais pedagógicos de suporte à acção educativa. • Abordagens pedagógicas diversificadas (exemplo, actividades não limitadas ao espaço interior ou a actividades de mesa ou em grande grupo, actividades que envolvem movimentações, brincar, tomadas de decisão por parte das crianças, diálogo ou conversas em pequeno grupo, etc). • Evidência de preocupação com a boa integração de crianças com NEE. |

Exemplos de perguntas para perceber de que forma os indicadores de qualidade estão ou não presentes no contexto em análise

- O que acha que as crianças devem aprender na Educação Pré-Escolar?
- Que objectivos para a creche/Educação Pré-Escolar constam no Projecto Educativo do Estabelecimento?
- Que tipos de actividades/experiências educativas são proporcionadas às crianças para que aconteçam as aprendizagens que se pretendem?
- Há aspectos ou áreas de conteúdo que não são devidamente contemplados? Porquê?
- A actividade educativa tem como referência uma abordagem integrada do currículo [envolvendo as áreas das expressões (arte e movimento), linguagem, matemática, meio físico e social]? Como? Que exemplos?
- A creche/jardim-de-infância tem a preocupação de contextualizar o currículo e os materiais didácticos em relação à realidade específica de STP (região/distrito)? De que forma?
- As salas de creche/jardim-de-infância estão organizadas por áreas de actividade (área dos livros ou leitura, faz de conta, expressões, construções, jogos, etc...)? Estas áreas podem ser alteradas permitindo diversas formas de trabalho e interacção entre as crianças?
- O espaço exterior é valorizado na organização da acção pedagógica?
- Considera que as actividades desenvolvidas respondem bem às características e necessidades de todas as crianças? Acha que há uma preocupação com a aprendizagem e o progresso de cada uma das crianças? Como se concretiza?
- Acha que as actividades estão adaptadas a crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE)? As crianças com NEE estão bem integradas nas actividades do grupo? O atendimento a estas crianças afeta o trabalho realizado com o conjunto das crianças? De que forma? Beneficia ou prejudica?
- É realizada uma avaliação em relação ao desenvolvimento do currículo e aprendizagens das crianças (objetivos educativos)? Como é feita a avaliação das crianças?

Comentários e / ou observações relativos à Dimensão 1

Empty space for comments and observations.

Balço global do processo de Auto-Avaliação do jardim de infânci na dimensão 1

| Pontos fortes | Pontos fracos |
|----------------------|----------------------|
| | |

Dimensão 2: Docentes

Com esta dimensão pretende-se caracterizar a realidade do jardim-de-infância ao nível do seu corpo docente, considerando a sua formação inicial, a formação profissional, a formação contínua; conhecer as acções de promoção e valorização na carreira docente; identificar as condições proporcionadas para a realização e avaliação de trabalho colaborativo entre educadores, assim como as práticas de acompanhamento e supervisão dos educadores; compreender o envolvimento dos educadores na tomada de decisão dentro do JI.

| Indicadores de qualidade | Indicadores mínimos de qualidade |
|---|--|
| 2.1 Formação inicial e contínua dos educadores; | <ul style="list-style-type: none">• Existência de educadores qualificados ou, pelo menos, com alguma formação contínua.• Frequência de pelo menos uma acção de formação por ano.• Verificação de práticas de acompanhamento e supervisão pedagógica no jardim-de-infância. |
| 2.2 Condições de trabalho dos educadores (serviço docente; equipamentos didáctico-pedagógicos diversificados...) | |
| 2.3 Acompanhamento e supervisão pedagógica no jardim-de-infância, por parte de profissionais qualificados e/ou supervisores das delegações distritais/regionais. | |
| 2.4 Acções de promoção da motivação e valorização do docente; | |
| 2.5 Práticas colaborativas entre docentes; | |
| 2.6 Valorização da participação dos docentes nas tomadas de decisão. | |

Exemplos de perguntas para perceber de que forma os indicadores de qualidade estão ou não presentes no contexto em análise

- O número de educadores e auxiliares é suficiente no jardim-de-infância?
- Há estabilidade de pessoal?
- Quais as qualificações dos profissionais que assumem funções de educador de infância?
- Como é promovido o desenvolvimento profissional do pessoal? Quais as principais necessidades de formação contínua? Quais as acções de formação que elementos da instituição têm frequentado ultimamente?
- Com que frequência existem reuniões ou trabalho colaborativo entre educadores com vista a planificar, avaliar e/ou desenvolver iniciativas diversas? Quando aconteceu a última reunião? Para quando se prevê a próxima reunião?
- Como é realizado o acompanhamento e supervisão das práticas dos educadores? Quais os efeitos desse acompanhamento na melhoria das práticas?
- Existe um clima cordial e de respeito mútuo entre todos?

Comentários e / ou observações relativos à Dimensão 2

Balço global do processo de Auto-Avaliação do JI na dimensão 2

| Pontos fortes | Pontos fracos |
|----------------------|----------------------|
| | |

Dimensão 3: Organização e Gestão dos Estabelecimentos de Ensino

Esta dimensão valoriza o nível da organização escolar e a actuação das diferentes estruturas de gestão, desde o nível de topo aos intermédios. Valoriza-se a existência de um projecto educativo de estabelecimento como expressão da participação alargada dos vários agentes educativos. Aprecia-se a definição de critérios e práticas para a distribuição de recursos, para a organização dos grupos de crianças, para a distribuição do serviço docente e horários. Valoriza-se o reforço de mecanismos de gestão democrática dentro da escola/JI, sem que isso deva negar a importância da formação especializada dos vários agentes envolvidos na gestão.

Ainda, no âmbito desta dimensão prevê-se a recolha de informação sobre o modo como o jardim-de-infância monitoriza as acções desenvolvidas em matéria de avaliação interna, promovendo um maior conhecimento do JI e dos seus membros sobre si própria(os).

Finalmente, esta dimensão também contempla aspectos que permitem conhecer a relação Jardim-de-infância com a comunidade e/ou Jardim-de-infância com outros estabelecimentos educativos, identificando projectos e parcerias envolvendo agentes das duas partes. Analisa-se a comunicação e participação dos pais na vida escolar dos educandos e seu contributo para a melhoria dos processos de ensino-aprendizagem; assinala-se a existência de comissão de pais no jardim-de-infância e respectivas actividades.

| Indicadores de qualidade | Indicadores mínimos de qualidade |
|---|--|
| 3.1 Formação na área de gestão escolar para directores e responsáveis de estabelecimento (formação inicial, formação contínua, formação em exercício...) | <ul style="list-style-type: none">• Existência de um projeto educativo de estabelecimento. |
| 3.2 Actuação em consonância com os normativos do MECCC que definem e orientam os processos de gestão escolar | <ul style="list-style-type: none">• Os critérios para a constituição dos grupos, elaboração dos horários e distribuição do serviço docente e não docente são conhecidos no jardim-de-infância. |
| 3.3 Existência de projeto educativo do estabelecimento construído de forma colaborativa e que expresse uma visão sobre o contexto social, cultural e económico, necessidades das crianças e das suas famílias. | <ul style="list-style-type: none">• Verificam-se práticas de auto-avaliação participadas por diversos intervenientes, reflectindo-se as suas conclusões no projeto educativo do estabelecimento e plano de melhoria. |
| 3.4 Existência de critérios de constituição dos grupos, de elaboração de horários, de distribuição de serviço e reflexão sobre a | <ul style="list-style-type: none">• Verificação de estabelecimento de relações colaborativas com famílias e comunidade. |

adequabilidade dos mesmos;

3.5 Eficácia dos circuitos de informação e comunicação interna e externa;

3.6 Motivação das pessoas e bom clima relacional;

3.7 Valorização da auto-avaliação e implementação de acções de melhoria consequentes;

3.8 Desenvolvimento de projectos e parcerias, envolvendo a comunidade;

3.9 Contributo da creche / jardim-de-infância para o desenvolvimento da comunidade envolvente;

3.10 Contributo da comunidade envolvente para o desenvolvimento das actividades na creche / JI.

3.11 Envolvimento dos Pais /Encarregados de Educação na vida dos educandos;

3.12 Existência de Comissão de Pais e Encarregados de Educação;

Exemplos de perguntas para perceber de que forma os indicadores de qualidade estão ou não presentes no contexto em análise

- O estabelecimento tem projeto educativo? Como foi elaborado? Quem participou na sua elaboração? Como é avaliado?
- Como é que o projeto educativo é divulgado aos diferentes intervenientes?
- Como estão organizados os grupos? Por idades? Heterogéneos? Existe outro tipo de preocupações na organização dos grupos? Porquê?
- Como são elaborados os horários e é feita a distribuição de serviço?
- Quais os critérios para a afectação dos educadores por grupos/salas?
- A direcção/responsável do estabelecimento ausculta os educadores e outros técnicos sobre matérias do seu interesse e estes participam nos processos de tomada de decisão? Por exemplo, ao nível da construção do projeto educativo, auto-avaliação, plano de melhoria, estratégias a desenvolver?
- Até que ponto ou de que forma a direcção/responsável tem um papel na promoção de um bom clima relacional?
- A direcção/responsável do estabelecimento tem ou teve oportunidades de formação na área da gestão escolar?
- O Jardim de Infância tem práticas regulares de auto-avaliação? O processo de auto-avaliação é participado por todos os que fazem parte da comunidade escolar?
- De que forma é recolhida a informação internamente? Esta é tratada, sistematizada e divulgada?
- O jardim-de-infância conhece os seus pontos fortes e os seus pontos fracos, as oportunidades e os constrangimentos e procura traçar um plano de acção com o intuito de melhorar continuamente?
- Esta análise tem impacto efectivo na definição de mudanças e medidas futuras?
- Como é assegurada a participação dos pais? Que formas de participação são desenvolvidas? Quais as relações com os pais de crianças com NEE? Existe uma preocupação em atrair os pais/EE à creche/JI para que possam estar a par das finalidades e estratégias educativas e das iniciativas do jardim-de-infância?
- Os pais/EE são consultados sobre os problemas das crianças e do estabelecimento?
- Como se caracteriza a relação do estabelecimento com a comunidade?
- Quais as relações com outros parceiros (ex. outras instituições, associações e serviços da comunidade, Câmara Distrital / Governo Regional, centros de saúde)?
- Procura-se estabelecer parcerias/protocolos com outras entidades da comunidade?

Comentários e / ou observações relativos à Dimensão 3

Empty rectangular area for comments and observations.

Balanço global do processo de Auto-Avaliação do JI na dimensão 3

| Pontos fortes | Pontos fracos |
|----------------------|----------------------|
| | |

Dimensão 4: Instalações Escolares

Com esta dimensão pretende-se ficar a conhecer as condições das instalações dos jardins-de-infância (localização, condições de segurança e higiene, salas de atividades, espaços exteriores, biblioteca, casas de banho e cantina, água e saneamento, electricidade, internet, computadores...); monitorizar o rácio criança/educador e número de crianças/sala.

| Indicadores de qualidade | Indicadores mínimos de qualidade |
|--|---|
| <p>4.1 Número de crianças/por sala/por educador e / ou responsáveis pelo grupo de crianças;</p> <p>4.2 Tamanho das salas em função do número de crianças, permitindo que as crianças se movimentem à vontade;</p> <p>4.3 Salas organizadas por áreas de atividades devidamente equipadas e assegurando que todos os campos curriculares são trabalhados (expressões, linguagem, matemática e meio físico e social);</p> <p>4.3 Condições das instalações dos estabelecimentos (localização, segurança e higiene, luz, arejamento, água e saneamento, electricidade, internet, computadores...);</p> <p>4.5 Espaços de apoio à actividade pedagógica, tais como: biblioteca, centro de recursos, ...</p> <p>4.6 Recreio vedado, seguro e amplo o suficiente para as crianças poderem brincar à vontade, contendo alguns equipamentos ou materiais que permitem actividades motoras e lúdicas, espaços com sombras ou cobertos.</p> <p>4.7 Serviço adequado de refeições.</p> | <ul style="list-style-type: none">• Espaço ajustado ao número de crianças (no mínimo 1m²) por criança, permitindo que as crianças circulem à vontade.• Sala organizada por áreas de actividades (expressões, construções, brincar de faz de conta, etc.) e minimamente equipadas.• As salas devem ter boa luz natural e arejamento.• Espaço exterior amplo o suficiente para as crianças poderem movimentar-se e brincar à vontade.• O espaço exterior é seguro (livre de objetos perigosos, vidros, latas, lixos, etc.)• A segurança, limpeza e higiene dos espaços estão asseguradas.• Existem casas de banho funcionais.• Na falta de água canalizada e potável, existência para cada sala de dois recipientes para guardar água, um para consumo e outro para lavagem de mãos.• É assegurada, pelo menos, uma refeição diária a todas as crianças. |

Exemplos de perguntas para perceber de que forma os indicadores de qualidade estão ou não presentes no contexto em análise

- Pensa que os espaços e equipamentos existentes são suficientes e adequados para as crianças da creche e do jardim infância?
- O que gostaria de melhorar relativamente a espaços e/ou equipamentos?
- O tamanho da sala é ajustado ao número de crianças? O espaço e disposição do mobiliário na sala permitem que as crianças circulem à vontade?
- As salas têm uma boa iluminação/luz natural?
- Existem computadores no JI? Existe acesso à internet?
- Existem condições de acessibilidade e frequência para crianças com necessidades educativas especiais?
- Os espaços são adequados para crianças com NEE? Por ex. acesso de cadeiras de rodas?
- Como são asseguradas as condições de segurança, eletricidade, qualidade da higiene, água e saneamento
- Com que frequência e em que condições são as refeições servidas às crianças?
- Existe água suficiente para garantir a limpeza e higiene do estabelecimento? Existe água potável disponível para consumo das crianças?
- Existem casas de banho funcionais para crianças e adultos?
- O recreio apresenta um espaço amplo o suficiente para as crianças poderem brincar livremente, em segurança, sem atropelos? Inclui alguns equipamentos ou estruturas que permitem actividades motoras e lúdicas? Situa-se junto ou em volta do edifício e com acesso fácil à sala de actividades? Existe uma zona coberta ou espaços com sombra (ex. árvores)? O espaço exterior é seguro (livre de objetos perigosos, vidros, latas, lixos, etc.)?
- Existem vedações de forma a evitar interferências externas (animais, pessoas estranhas) e impedir que as crianças se afastem?

Comentários e / ou observações relativos à Dimensão 4

Empty rectangular area for comments and observations.

Balanco global do processo de Auto-Avaliação do JI na dimensão 4

| Pontos fortes | Pontos fracos |
|----------------------|----------------------|
| | |

5.2 Auto-Avaliação nas Escolas do Ensino Básico e Secundário

Dimensão 1: Objectivos, Currículo e Práticas Educativas

Esta dimensão contempla as orientações gerais e específicas que organizam a acção educativa. Privilegia-se as orientações prescritas nos documentos estruturantes do Estado (Constituição da República de STP, LBSE, programas curriculares). Assim, esta dimensão remete para a explicitação dos objectivos educativos que devem nortear e fundamentar a acção educativa dos professores. Contempla, ainda as práticas de desenvolvimento curricular que visam a contextualização do currículo, adaptando-o à região, à população escolar de cada grupo/turma/indivíduo. Enquadra-se aqui o conhecimento do currículo prescrito, a actividade de planificação, incluindo a selecção de conteúdos, estratégias, actividades e recursos, valorizando-se a diversificação do currículo e a inclusão de todas as crianças que, por definição, constituem um grupo heterogéneo. Ainda são consideradas as práticas de monitorização e acompanhamento das aprendizagens dos alunos.

| Indicadores de qualidade | Indicadores mínimos de qualidade |
|--|---|
| <p>1.1 Conhecimento dos objectivos do Ensino Básico / Ensino Secundário e o currículo/programas das várias áreas curriculares/disciplinas, por parte dos professores.</p> <p>1.2 Planificação do ensino e da aprendizagem (com definição de objectivos de acordo com os programas, identificação de conteúdos e enunciação de estratégias e actividades em consonância com os objectivos e definição de modalidades e de instrumentos de avaliação adequados).</p> <p>1.3 Adequação do ensino e das actividades às capacidades e aos ritmos de aprendizagem dos alunos, incluindo aqueles que apresentam necessidades educativas especiais (NEE).</p> <p>1.4 Valorização de todas as áreas curriculares / disciplinas (em particular, no 1.º Ciclo do Ensino Básico destaque para as artes e expressões).</p> <p>1.5 Pedagogias activas, participativas e experimentais no ensino e nas aprendizagens.</p> <p>1.6 Acesso, por parte de alunos e professores, a materiais pedagógicos e didácticos diversificados e adequados à realidade de STP (materiais pedagógicos adequados a todas as áreas curriculares / disciplinas e específicos de cada uma).</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento do currículo / programa das várias áreas curriculares (no 1º ciclo do Ensino Básico) / da respectiva disciplina (no 2.º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário) por parte dos professores. • Existência das planificações do ensino e da aprendizagem por área curricular (1.º ciclo do ensino básico) / por disciplina (2.º ciclo do ensino básico e ensino secundário). • Verificação de práticas de planeamento individuais e colaborativas, para além das que ocorrem nas reuniões quinzenais de preparação metodológica. • Evidência de preocupação com a boa integração de alunos com NEE. • Verificação de experiências educativas que cobrem todas as áreas curriculares/disciplinas (no 1.º Ciclo do Ensino Básico verificação de leccionação equilibrada das diferentes áreas curriculares). • Utilização de abordagens pedagógicas diversificadas (não limitadas ao espaço de sala de aula ou a abordagens essencialmente expositivas). • Acesso, por parte dos professores, a materiais pedagógicos-didácticos mínimos (exemplo, manual escolar em vigor, material de escrita, |

1.7 Construção de instrumentos de avaliação diversificados coerentes com os objectivos e conteúdos de aprendizagem e aferição dos critérios e instrumentos de avaliação.

1.8 Registo e monitorização da assiduidade dos alunos

1.9 Articulação curricular vertical (entre ciclos) e horizontal (num mesmo ano de escolaridade).

material visual de apoio, como por exemplo mapas, entre outros, giz, quadro, posicionados de forma a que os alunos tenham visibilidade para o mesmo, recursos bibliográficos para apoio às aulas,...).

- Acesso, por parte dos alunos, aos materiais escolares mínimos para a realização das aprendizagens, em particular na escolaridade obrigatória (exemplo, manuais escolares ou cópia dos mesmos, caderno, esferográfica, lápis, borracha, afiadeira,...).
- Existência de instrumentos diversificados de avaliação das aprendizagens realizadas pelos alunos (ex. testes, fichas formativas, relatórios, trabalhos de pesquisa, auto-avaliação ...).
- Verificação de práticas de aferição dos critérios e instrumentos de avaliação (ex. elaboração conjunta de critérios de avaliação, utilização de testes comuns no mesmo ano de escolaridade, troca de testes entre professores do mesmo ciclo ou disciplina para correcção, análise comparativa dos resultados...)
- Existência de documentos de registo das presenças dos alunos nas aulas

Exemplos de perguntas para perceber de que forma os indicadores de qualidade estão ou não presentes no contexto em análise

- Que objectivos para o ensino básico/ensino secundário constam no Projecto Educativo de Estabelecimento?
- Como é que os professores costumam planificar o seu trabalho? Quais são os documentos que costumam orientar a sua planificação (currículo/programa/manual escolar, outros ...)?
- Há aspectos ou conteúdos que não são devidamente contemplados? Porquê?
- Que abordagens pedagógicas são usadas com mais frequência? Porquê? Que actividades/experiências educativas são proporcionadas aos alunos para que aconteçam as aprendizagens que se pretendem?
- A escola tem a preocupação de contextualizar o currículo e os materiais pedagógicos e didácticos à realidade específica de STP (região/distrito)?
- Considera que as actividades desenvolvidas respondem bem às características de todos os alunos?
- Acha que as actividades propostas estão adaptadas aos alunos com necessidades educativas especiais (NEE)? Os alunos com NEE estão bem integrados na escola / turma? O atendimento destes alunos afeta o trabalho realizado com o conjunto dos alunos da turma? De que forma? Prejudica ou beneficia?
- Sempre que possível são introduzidas medidas para auxiliar os alunos com dificuldades de aprendizagem? Se sim que medidas foram implementadas?
- Que tipo de actividades artísticas e desportivas são disponibilizadas aos alunos?
- Sempre que possível, são introduzidas tecnologias de informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem?
- Os critérios de avaliação estão definidos? São do conhecimento dos alunos e dos encarregados de educação?
- Como são definidos e construídos os critérios e os instrumentos de avaliação?
- A avaliação dos alunos contempla diferentes modalidades de avaliação (diagnóstica, formativa, sumativa)?
- Que instrumentos de avaliação são geralmente utilizados (testes, fichas formativas, relatórios, trabalhos de pesquisa, auto-avaliação ...)?
- Como e quem analisa os resultados da avaliação contínua dos alunos?
- Os alunos costumam ser assíduos? Que documentos existem para registar as presenças dos alunos na escola? Quando costuma ser feito esse registo? Quando os alunos faltam o que costuma ser feito?
- É realizada uma monitorização interna do desenvolvimento do currículo?
- É promovida a articulação curricular entre ciclos?
- ...

Comentários e / ou observações relativos à Dimensão 1

Balanço global do processo de Auto-Avaliação da escola na dimensão 1

| Pontos fortes | Pontos fracos |
|----------------------|----------------------|
| | |

Dimensão 2: Docentes

Com esta dimensão pretende-se caracterizar a realidade da escola ao nível do seu corpo docente, considerando a sua formação inicial, a formação profissional, a formação contínua; conhecer as acções de promoção e valorização na carreira docente; identificar as condições proporcionadas pela escola para a realização e avaliação de trabalho colaborativo entre professores, assim como as práticas de acompanhamento e supervisão dos professores; compreender o envolvimento dos professores na tomada de decisão dentro da escola.

| Indicadores de qualidade | Indicadores mínimos de qualidade |
|---|--|
| 2.1 Formação inicial e contínua dos professores; | <ul style="list-style-type: none">• Existência de professores qualificados ou, pelo menos, com formação contínua.• Frequência de, pelo menos, uma acção de formação por ano.• Verificação de trabalho colaborativo entre docentes (por exemplo ao nível da planificação, na construção de instrumentos de avaliação das aprendizagens, na construção de recursos pedagógico-didáticos, nos processo de auto-avaliação da escola ...)• Verificação de práticas de acompanhamento e supervisão pedagógica, organizadas pelos professores dentro da escola em articulação com as práticas de acompanhamento realizadas pelos supervisores das delegações distritais/regionais. |
| 2.2 Condições de trabalho dos professores (critérios para a distribuição do serviço docente; sala de trabalho para os professores, equipamentos pedagógico-didáticos diversificados...) | |
| 2.3 Acções de promoção da motivação e valorização docente | |
| 2.4 Trabalho colaborativo entre docentes; | |
| 2.5 Acompanhamento e supervisão pedagógica com impacto no desenvolvimento profissional dos professores (por exemplo, melhoria ao nível da planificação, do domínio dos conteúdos a leccionar, das estratégias e actividades a desenvolver, da avaliação das aprendizagens ...) | |
| 2.6 Valorização da participação dos docentes na tomada de decisão. | |

Exemplos de perguntas para perceber de que forma os indicadores de qualidade estão ou não presentes no contexto em análise

- Todos os professores são qualificados (possuem formação científica e pedagógica)? A formação que possuem é adequada para o nível de escolaridade e para a disciplina que leccionam?
- Como é promovido o desenvolvimento profissional do pessoal? Quais as principais necessidades de formação contínua? Que tipo de formação complementar é fornecida ao pessoal docente? Quais as acções de formação que os elementos da instituição têm frequentado ultimamente?
- Há estabilidade no corpo docente da escola?
- A direcção da escola ausculta os professores sobre matérias do seu interesse e estes participam nos processos de tomada de decisão?
- Com que frequência existem reuniões ou trabalho colaborativo entre professores com vista a planificar, avaliar e /ou desenvolver iniciativas diversas? Quando aconteceu a última reunião e para quando se prevê a próxima reunião?
- Existe um clima de respeito mútuo entre alunos, professores e funcionários não docentes?
- Como é realizado o acompanhamento e supervisão das práticas dos professores? Quais são os efeitos desse acompanhamento na melhoria das práticas dos professores?

Comentários e / ou observações relativos à Dimensão 2

Balanço global do processo de Auto-Avaliação da escola na dimensão 2

| Pontos fortes | Pontos fracos |
|----------------------|----------------------|
| | |

Dimensão 3: Organização e Gestão dos Estabelecimentos de Ensino

Esta dimensão valoriza o nível da organização escolar e a actuação das diferentes estruturas de gestão, desde o nível de topo aos níveis intermédios. Valoriza-se a existência de um projecto educativo de estabelecimento como expressão da participação alargada dos vários agentes educativos. Aprecia-se a definição de critérios e prática para a distribuição de recursos, para a organização das turmas, para a distribuição do serviço docente e horários. Valoriza-se o reforço de mecanismos de gestão democrática dentro da escola, sem que isso deva negar a importância da formação especializada dos vários agentes envolvidos na gestão.

Ainda, no âmbito desta dimensão prevê-se a recolha de informação sobre o modo como a escola está a monitorizar as acções desenvolvidas em matéria de avaliação interna, promovendo um maior conhecimento da escola e dos seus membros sobre si própria(os).

Esta dimensão também contempla aspectos que permitem conhecer a relação da escola com a comunidade e/ou da escola com outros estabelecimentos educativos, identificando projectos e parcerias envolvendo agentes das duas partes. Analisa-se a comunicação e participação dos pais na vida escolar dos educandos e seu contributo para a melhoria dos processos de ensino-aprendizagem; assinala-se a existência de comissão de pais na escola e respectivas actividades.

Finalmente, nesta dimensão também se atribui importância à criação de condições que facilitam a permanência dos alunos até à conclusão da escolaridade na idade adequada, realizando as aprendizagens esperadas.

| Indicadores de qualidade | Indicadores mínimos de qualidade |
|---|---|
| <p>3.1 Formação na área de gestão escolar para directores e responsáveis de estabelecimento (formação inicial, formação contínua, formação em exercício...).</p> <p>3.2 Actuação em consonância com os normativos do MECC que definem e orientam os processos de gestão escolar.</p> <p>3.3 Existência de projeto educativo do estabelecimento, construído de forma colaborativa, e que expresse uma visão sobre o contexto social, cultural e económico, necessidades das crianças e das suas famílias.</p> <p>3.4 Existência de critérios de constituição das turmas, de elaboração de horários, de</p> | <ul style="list-style-type: none">• Existência de um projecto de estabelecimento.• Os critérios para a constituição das turmas, elaboração dos horários e distribuição do serviço docente e não docente são conhecidos na escola.• Verificação de práticas de reflexão sobre causas de insucesso e abandono escolar.• Promoção de acções de prevenção do insucesso e abandono escolar.• Verificam-se práticas de auto-avaliação participadas por diversos intervenientes, reflectindo-se as suas conclusões no projecto educativo de estabelecimento e plano de |

distribuição de serviço e reflexão sobre a adequabilidade dos mesmos.

3.5 Eficácia dos circuitos de informação e comunicação interna e externa.

3.6 Taxa de promoção/sucesso escolar dos Alunos.

3.7 Aumento da taxa de sucesso em 5% no período de 3 anos, considerando o ponto de partida de cada escola

3.8 Formas de valorização da promoção do sucesso escolar dos alunos e eficácia das medidas de promoção do sucesso escolar.

3.9 Medidas de prevenção do abandono escolar.

3.10 Motivação das pessoas e bom clima relacional.

3.11 Valorização da auto-avaliação e da utilização dos seus resultados na implementação de acções de melhoria consequentes.

3.12 Desenvolvimento de projectos e parcerias, envolvendo a comunidade.

3.13 Contributo da escola para o desenvolvimento da comunidade envolvente.

3.14 Contributo da comunidade envolvente para o desenvolvimento das actividades da escola.

3.15 Envolvimento dos Pais /Encarregados de Educação na vida dos educandos.

3.16 Existência de Comissão de Pais e Encarregados de Educação

melhoria.

- Verificação de estabelecimento de relações colaborativas com família e comunidade.

Exemplos de perguntas para perceber de que forma os indicadores de qualidade estão ou não presentes no contexto em análise

- O estabelecimento tem projeto educativo? Como foi elaborado? Quem participou na sua elaboração? Como é que é avaliado?
- Como é que o projeto educativo é divulgado aos diferentes intervenientes?
- Quais são os critérios para a constituição das turmas?
- Como são elaborados os horários e é feita a distribuição de serviço?
- Quais os critérios que existem para a afectação dos professores por turma(s)/salas e por direcções de turma?
- A direcção/responsável do estabelecimento ausculta o pessoal docente e o pessoal não docente sobre matérias do seu interesse e estes participam nos processos de tomada de decisão? (por exemplo, ao nível da construção do projeto educativo, auto-avaliação, plano de melhoria, das estratégias a desenvolver?)
- Até que ponto ou de que forma a direcção/responsável tem um papel na promoção de um bom clima relacional?
- A direcção/responsável do estabelecimento tem ou teve oportunidades e formação na área da gestão escolar.
- Escola tem práticas regulares de auto-avaliação? O processo de auto-avaliação é participado por todos os que fazem parte da comunidade escolar?
- De que forma é recolhida a informação internamente? Esta é tratada, sistematizada e divulgada?
- A escola conhece os seus pontos fortes e os seus pontos fracos, as oportunidades e os constrangimentos e procura traçar um plano de acção com o intuito de melhorar continuamente?
- Esta análise tem impacto efectivo na definição de mudanças e medidas futuras?
- Como é assegurada a participação dos pais? Que formas de participação são desenvolvidas? Quais as relações com os pais de crianças com NEE? Existe uma preocupação em atrair os pais/EE à escola para que possam estar a par das finalidades e estratégias educativas e das iniciativas da escola?
- Os pais/EE são consultados sobre os problemas dos alunos e do estabelecimento?
- Como se caracteriza a relação do estabelecimento com a comunidade?
Quais as relações com outros parceiros (ex. outras instituições, associações e serviços da comunidade, Câmara Distrital / Governo Regional, centros de saúde)?
- Há monitorização das taxas de frequência por classe e por género? E das taxas de promoção, reprovação e repetência escolar dos últimos anos?
- A escola utiliza a informação sobre o percurso escolar dos alunos na implementação de medidas de melhoria?
- Como são valorizados os pequenos e grandes sucessos individuais dos alunos?
- O abandono escolar tem diminuído?
- Quais as taxas de abandono escolar dos alunos por nível de ensino?
- Como contraria a escola as ameaças de abandono escolar?

Comentários e / ou observações relativos à Dimensão 3

Empty rectangular area for comments and observations.

Balanço global do processo de Auto-Avaliação da escola na dimensão 3

| Pontos fortes | Pontos fracos |
|----------------------|----------------------|
| | |

Dimensão 4: Instalações Escolares

Com esta dimensão pretende-se ficar a conhecer as condições das instalações dos estabelecimentos escolares (localização, condições de segurança e higiene, salas de aula, biblioteca, laboratórios, casas de banho e balneários para prática desportiva, cantina, água e saneamento, electricidade, internet, computadores...); monitorizar o rácio alunos/professor e número de alunos/sala.

| Indicadores de qualidade | Indicadores mínimos de qualidade |
|---|--|
| <p>4.1 Número de alunos por turma e por professor.</p> <p>4.2 Condições das instalações dos estabelecimentos escolares (localização/acessibilidade, segurança e higiene, água e saneamento, electricidade, balneários para prática desportiva, internet, computadores...);</p> <p>4.3 Espaços de apoio à actividade lectiva, tais como: biblioteca; laboratórios; espaço desportivo;...</p> <p>4.4 Serviço adequado de refeições nas escolas.</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Constituição de turmas com um número de alunos que poderá variar entre 30 a 45 em função do espaço disponível, tendo por base os seguintes referenciais: <ul style="list-style-type: none"> • É desejável que o rácio número de alunos por turma e por professor nas classes iniciais da escolaridade obrigatória seja menor, podendo aumentar nas classes finais do Ensino Secundário, de acordo com os limites acima apresentados. • Para uma turma de 40 alunos considera-se como espaço mínimo reservado aos alunos pelo menos 48m² mais 5m² para o professor (total de 53m²). • Existência de espaços de trabalho condignos para cada aluno (no mínimo cadeira e mesa para cada aluno). • Verificação de salas com boa iluminação/luz natural e arejamento. • Espaço exterior amplo o suficiente para os alunos poderem movimentar-se à vontade. • O espaço exterior é seguro (livre de objetos perigosos, vidros, latas, lixos, etc.) • Garantia de segurança, limpeza e higiene dos espaços. • Existência de casas de banho funcionais. • Existência de um sistema apropriado para a eliminação do lixo, assim como os dejectos das casas de banho. • Na falta de água canalizada e potável, existência de recipientes para guardar água, para consumo, para lavar as mãos e para utilização nas casas de banho. • É assegurada, pelo menos, uma refeição diária a todos os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico. |

Exemplos de perguntas para perceber de que forma os indicadores de qualidade estão ou não presentes no contexto em análise

- O tamanho das salas é ajustado ao número de alunos? O espaço e disposição do mobiliário na sala permitem que os professores e alunos circulem à vontade?
- As salas têm uma boa iluminação/luz natural?
- Existem computadores? Existe acesso à internet?
- Existem condições de acessibilidade e frequência para alunos com necessidades educativas especiais (por ex. acesso de cadeiras de rodas)?
- Os espaços e equipamentos existentes são suficientes e adequados para os alunos?
- O que gostaria de melhorar relativamente a espaços e/ou equipamentos?
- Como são asseguradas as condições de segurança, electricidade, qualidade da higiene, água e saneamento?
- Existe água potável disponível para consumo dos alunos? Existe água suficiente para garantir a limpeza e higiene do estabelecimento?
- Existem casas de banho funcionais para alunos e adultos? E balneários de apoio à actividade física e desportiva?
- O recreio apresenta um espaço amplo o suficiente para os alunos poderem circular livremente, em segurança, sem atropelos? Existe uma zona coberta ou espaços com sombra (ex. árvores)? O espaço exterior é seguro (livre de objetos perigosos, vidros, latas, lixos, águas paradas)?
- Existem vedações de forma a evitar interferências externas (animais, pessoas estranhas)?
- Com que frequência e em que condições são as refeições servidas aos alunos?

Comentários e / ou observações relativos à Dimensão 4

Empty box for comments and/or observations related to Dimension 4.

Balanço global do processo de Auto-Avaliação da escola na dimensão 4

| Pontos fortes | Pontos fracos |
|----------------------|----------------------|
| | |

6. Bibliografia Consultada

Barrett, A.M.; Chawla-Duggan, R.; Lowe, J.; Nickel, J. & Ukpo, E. (2006). *The concept of quality in education: A review of the 'international' literature on the concept of quality in education*. EdQual Working Paper No. 3. Documento disponível em http://www.edqual.org/publications/workingpaper/edqualwp3.pdf/at_download/file.pdf

Bertram, T. & Pascal, C. (2009). Manual DQP – Desenvolvendo a Qualidade em Parceria. Lisboa: DGIDC - Ministério da Educação. Documento disponível em https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EInfancia/documentos/manual_dqp.pdf

Dossier CAF: Common Assessment Framework. Documento disponível em <http://www.aesc.edu.pt/web/caf/informacoes/1-manual-caf.pdf>

Education Scotland (2015). How good is our school? Livingston: Education Scotland. Documento disponível em https://education.gov.scot/improvement/Documents/Frameworks_SelfEvaluation/FRWK2_NIHedithGIOS/FRWK2_HGIOS4.pdf

Inspeção-Geral da Educação (2011). *Avaliação Externa das Escolas 2009-2010: Relatório*. Lisboa: IGE.

Ministério da Educação Cultura e Ciência (MECCC) (2006). *Plano Nacional de Acção 2002-2015*. São Tomé e Príncipe.

Ministério da Educação Cultura e Ciência (MECCC) (2012). *Carta de Política Educativa São Tomé e Príncipe (visão 2022)*. São Tomé e Príncipe.

Ministério da Educação Cultura e Ciência (MECCC) (2015). *Programa Acelerar o Desempenho Educativo 2015-2018 (PADE)*. Org. geral: Olinto Daio. São Tomé e Príncipe.

Ministério da Educação Cultura e Ciência (MECCC) (2016). *Boletim Estatístico 2015-2016*. São Tomé e Príncipe.

Ministerio de Educación, Cultura y Deporte (2016). *Panorama de la educación Indicadores de la ocde 2016. Informe español*. Madrid. Documento disponível em <http://www.mecd.gob.es/dctm/inee/eag/panorama2016okkk.pdf?documentId=0901e72b82236f2b>

OCDE (2012). Education Indicators in Focus. ¿Cómo varía el tamaño de la clase en el mundo? Documento disponível em <https://www.mecd.gob.es/dctm/inee/indicator-in-focus/edif-2012--n9-esp.pdf?documentId=0901e72b814703c2>

Quintas, H. & Vitorino, T. (2013). Avaliação externa e auto-avaliação das escolas. In: L. Veloso (Org.), *Escolas e Avaliação Externa. Um enfoque nas estruturas organizacionais* (pp. 7-26). Lisboa: Editora Mundos Sociais.

Ribeiro, V.M. (Coord.) (2004). Indicadores de Qualidade na Educação. São Paulo: Acção Educativa | UNICEF | UNDP | INEP. Documento disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_indqua.pdf.

UNESCO (2014). *Teaching and learning: achieving quality for all*. Paris. Documento disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002266/226662e.pdf>

UNESCO (2014). *UNESCO education strategy 2014-2021*. Paris. Documento disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002312/231288e.pdf>

UNESCO (2016). *Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Acção; rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos*. Brasília. Documento disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002432/243278POR.pdf>

UNESCO (2016). *Relatório de Monitoramento Global da Educação 2016*. Paris. Documento disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002457/245745POR.pdf>

UNESCO (2015). *Educação para todos 2000-2015: progressos e desafios*. Paris. Documento disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002325/232565por.pdf>

UNICEF (2016). *Unicef Annual Report. São Tomé and Príncipe*. Documento disponível em https://www.unicef.org/about/annualreport/files/Sao_Tome_and_Principe_2016_COAR.pdf